



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Ata de reunião com o SINDSEMP

Em 27 de junho de 2014, na sala do Procurador-Geral de Justiça, deu-se início à 1ª reunião com a Diretoria do SINDSEMP tendo por objeto as negociações relativas à data-base deste ano, com a presença do Procurador-Geral de Justiça, Rinaldo Reis Lima, do Procurador-Geral de Justiça Adjunto, Jovino Pereira, do Chefe de Gabinete, Alexandre Frazão, do Presidente e do Secretário-Geral do SINDSEMP, Aldo Clemente Filho e Luiz Felipe Paz de Almeida, respectivamente.

Inicialmente, o PGJ esclareceu que, embora existam ofícios anteriores protocolados neste Gabinete com pauta de reivindicações reiteradas por parte do SINDSEMP, fica estabelecida esta reunião como primeiro marco de negociação tendo por objeto a data-base de 2014, fixando-se como meta que até o dia 8 de agosto sejam concluídas as negociações.

Em seguida, o Presidente do SINDSEMP solicitou atenção da Administração Superior sobre assuntos administrativos, tais como: a) necessidade de agilidade do processo de avanço na carreira dos servidores, que atualmente está na Diretoria de Gestão de Pessoas; b) necessidade de agilidade de fornecimento da carteira funcional aos servidores; c) necessidade de implantação de comissão disciplinar permanente para apuração de falta funcional de servidores, de modo a evitar a convocação constante de diversos servidores para participar de sindicâncias abertas.

Após considerações sobre a situação dos assuntos tratados, o PGJ e o PGJA se comprometeram a agilizar os processos e estudos relativos aos temas acima referidos, dando posição ao Sindicato sobre os mesmos.

Na sequência, iniciaram-se as tratativas relativas à data-base. O PGJ esclareceu a necessidade de transparência sobre a definição dos temas em negociação, retirando de imediato tópicos que não farão parte das tratativas. Nesse sentido, ficou dito não fazerem parte das negociações os seguintes itens constantes de ofícios anteriores do SINDSEMP protocolados perante este Gabinete:

- a) envio de projeto de lei punindo o assédio moral na Instituição, uma vez se entender que já há normativa suficiente sobre o assunto;
- b) redução da carga horária para 7h corridas, por se entender que não há como aumentar o número de servidores para suprir o auxílio ao serviço ministerial no restante da jornada em que as unidades ficariam sem servidor, caso implantada a medida;

- c) realização de concurso para cargo de analista do MP, área jurídica, uma vez que a escolha do modelo de assessoramento atualmente existente satisfaz as necessidades da Instituição;
- d) aumento do percentual do quantitativo dos cargos comissionados a serem providos necessariamente com servidores efetivos para 50%, uma vez que a medida demandaria o acréscimo considerável do número de servidores efetivos, o que se revela inconveniente diante dos limite legal de gastos com pessoal existente para Ministério Público. Além disso, mencionou-se que a matéria já está sendo discutida no âmbito do CNMP;
- e) alteração do requisito de investidura para o cargo de Técnico do MP, transformando-o como cargo de nível superior; e
- f) implantação de normatização que proíba o servidor do MP a realizar serviço vinculado à atividade eleitoral, especialmente porque o assunto já está sendo discutido no âmbito do CNMP, sendo prudente aguardar a decisão do Conselho sobre o assunto.


Sobre o assunto relativo ao tema “medidas para impedir os desvios de função dos servidores efetivos”, o PGJ ressaltou ter expedido recomendação a respeito aos membros, bem como se mostrou disposto a tomar medidas para coibir qualquer irregularidade existente sobre o assunto, ficando o SINDSEMP de levar à Administração os casos que cheguem ao seu conhecimento.

Concluiu-se, então, que os pontos de análise nas rodadas de negociação deste ano – com próximas reuniões a se realizarem em 11 e 25 de julho – são:

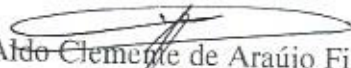
- a) alteração do PCCR, para alterar o percentual de progressão funcional entre as classes, sendo este o ponto principal do Sindicato; e
- b) Nivelamento do vencimento do cargo de analista com a remuneração do cargo comissionado de Assistente Jurídico.


Em seguida, o PGJ encerrou o evento, agradecendo a participação de todos. Não havendo mais a tratar, encerrou-se a presente ata.


Rinaldo Reis Lima
Procurador-Geral de Justiça


Jovino Pereira da Costa Sobrinho
Procurador-Geral de Justiça Adjunto


Alexandre Gonçalves Frazão
Chefe de Gabinete


Aldo Clemente de Araújo Filho
Presidente do SINDSEMP


Luiz Felipe Paiva de Almeida
Secretário-Geral do SINDSEMP